



EVOLUÇÃO DAS CATEGORIAS DE PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Joel Albino Rabaiolli

Universidade Federal de Santa Maria

Alecsandra Santos da Cunha

Universidade Federal de Santa Maria

Iolanda Lopes de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria

Vera Maria Favila Miorin

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este artigo procura sintetizar os processos ocorridos no decorrer do tempo relacionados às transformações das categorias de propriedade da terra. Ao se fazer um resgate histórico, pertinente a pesquisas relacionadas ao meio rural, é comum a procura fracionada, tendo que montar, como um quebra-cabeça, as distintas fases que definiram e caracterizaram as propriedades rurais. Diante dessa dificuldade encontrada na literatura, buscou-se a elaboração de um relato claro e objetivo que tratasse desde os ciclos econômicos ao “Novo Rural”, possibilitando a compreensão dos processos de desenvolvimento ocorridos no rural brasileiro.

Palavras-chave: Propriedade da terra; Meio rural; Desenvolvimento rural.

EVOLUCIÓN DE LAS CATEGORÍAS DE PROPIEDAD DE LA TIERRA EN BRASIL

Resumen

Este artículo pretende resumir los procesos que ocurren en el tiempo en relación con la transformación de las categorías de propiedad de la tierra. Al hacer un histórico, relevante para la investigación relacionada con la zona rural, es común la demanda fraccional, tener que andar como un rompecabezas, las diferentes fases que han definido y caracterizado las granjas. Dada esta dificultad se encuentra en la literatura, hemos tratado de elaborar un informe claro y objetivo que trata de los ciclos económicos a "Nuevo Rural", que permite la comprensión de los procesos de desarrollo que ocurren en el campo brasileño.

Keywords: Propiedad de la tierra; Zona rurale; Desarrollo Rural.

INTRODUÇÃO

Para entender os processos de desenvolvimento do setor agrícola brasileiro faz-se necessário retomar estudos históricos sobre o surgimento e desenvolvimento da exploração agrícola, bem como da formação das propriedades rurais. Neste sentido, pode-se afirmar que a exploração agrícola tem sua conformação nas origens coloniais, com base em três categorias de propriedade da terra:

- a grande exploração agrícola monocultora de exportação, que mantinha a antiga e prolongada relação do tipo senhor/escravo que provocou fragilidades e dependências sociais;
- a pequena propriedade, originária do processo de colonização ocorrido por volta do século XIX, que deu origem aos pequenos produtores;
- a média propriedade que surgiu com o criatório de gado junto às áreas de plantio de cana-de-açúcar.

A partir da identificação das categorias de propriedade da terra é possível iniciar o resgate histórico e discussão dos fatos que influenciaram e contribuíram para a atual organização espacial do meio rural brasileiro.

Processo histórico: surgimento e desenvolvimento da propriedade da terra

As pequenas propriedades coloniais surgidas no processo de imigração europeia originaram o que hoje denominamos de agricultura familiar, como coloca Lamarche (1993). As pequenas explorações policultoras desenvolvidas no entorno da grande exploração monocultora apoiando sua manutenção por meio de uma produção diversificada, em um primeiro momento, foram chamadas de agricultura de subsistência. Mais tarde, como elas passaram a atender as necessidades alimentares dos aglomerados, que vieram a constituir as pequenas cidades, a exemplo da pequena propriedade colonial também receberam a denominação de agricultura familiar camponesa. Este pensamento é adotado pela comunidade acadêmica que estuda a categoria de propriedade da terra e sua produção.

A terra, como um meio de sobrevivência e vida, por um longo período foi entendida como um bem comum, contudo na evolução dos processos de produção e com a necessidade de resguardar as terras plantadas ou de criação, em um período remoto (por volta do século XIII), cogitou-se de fechar os campos e instituir a propriedade privada. Na história brasileira, a propriedade privada surge de forma natural por meio da apropriação voluntária da terra de quem dela se apropriava, considerando a posse, pois desde o século XVI a terra possuía sua conotação de privada e de poder a quem a possuía. Deste modo, Portugal, “descobridor” do Brasil, foi responsável por transmitir este entendimento sobre a terra. Os povos nativos que viviam na América não tinham nenhum conceito de domínio da terra, mas ela representava o lugar de seus antepassados e as possibilidades de sua sobrevivência, cujos conhecimentos eram transmitidos de geração em geração.

O Reino português, colonizador na América, buscava atingir um nível de mercado diversificado e acumular riquezas. Vivia-se o período das navegações e do estreitamento dos laços de comércio entre o mundo ocidental e oriental. A

Europa, representando o ocidente, sabia da existência de um mundo oriental mais antigo, organizado e conhecedor de diversas técnicas, como a de utilizar especiarias que possibilitavam a cura de doenças (conhecimento sobre plantas medicinais); temperos que permitiam uma culinária variada (cravo e pimenta); a técnica de coloração de tecidos empregada na confecção dos fios que estava em pleno desenvolvimento na Europa (corantes e seda); aparelhos que orientavam a navegação (astrolábio e bússola) e aqueles que possibilitavam a guerra (pólvora). Deste modo, incrementava-se o comércio marítimo promovendo altos preços das mercadorias consideradas artigos de luxo.

Este período constituía, no mundo ocidental, a fase da acumulação mercantilista, ou seja, momento de um intenso comércio mundial por terra e por mar que permitiu a acumulação de moeda. Nesta época, os comerciantes ou mascates, como eram conhecidos no mundo oriental, realizavam intercâmbio entre as áreas detentoras dos conhecimentos, dos inventos e de outras mercadorias exóticas, com os mercados ávidos por estas matérias e conhecimentos. Os comerciantes que promoviam estes comércios eram chamados de mercantilistas, dando nome a esta fase que antecedeu o período capitalista no mundo ocidental. Os países ocidentais que possuíam tradição de navegadores por deterem o conhecimento foram beneficiados, permitindo que cidades beira mar como Antuérpia, Veneza, Trípoli, Lisboa (Belém), Cartagena, entre outras, se tornassem centros comerciais do mundo antigo.

Portugal, nesta época, foi beneficiado no processo de navegação marítima por sua localização estratégica na costa atlântica da Península Ibérica. A construção de rotas para as Índias permitiu sua soberania no mercado europeu e, posteriormente, houve a partida para o Novo Continente: a América, como é referida por Paiva et al. (1976).

Para alguns autores, como Guimarães (1968), o desenvolvimento da economia e a ocupação exploratória do espaço brasileiro podem ser entendidos como uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha, principalmente pela França, Holanda e Inglaterra que, inclusive, promoveram invasões nas terras portuguesas.

As invasões em terras da América permitiram entender que se iniciava entre os países europeus a disputa pela terra, devido à sua importância em termos de exploração e enriquecimento. Deve-se considerar, igualmente, que o contato entre os povos do velho e do novo mundo teve como consequência a transformação da terra, antes vista como um bem de vida para os povos autóctones, em bem de consumo, de disputas e de exploração por parte dos povos estrangeiros, principalmente os portugueses, desejosos de riquezas e de exploração.

O espírito mercantil português, não encontrando ouro e nem especiarias, em um primeiro momento, buscou algo que lhe fosse exploratoriamente útil e esta escolha recaiu sobre o Pau-Brasil, do qual era extraído o corante vermelho com significativa apreciação na Europa por ser utilizado no tingimento dos tecidos. Os nativos foram designados como índios, acreditando-se terem chegado às Índias. A utilização da madeira para tingimento precisou da mão de obra dos nativos para sua exploração. Esta extração representou a primeira fase econômica do território que posteriormente veio a ser a Colônia. Este período é considerado, na evolução

histórica da ocupação do espaço brasileiro, como o seu primeiro ciclo de desenvolvimento econômico entre os demais Ciclos Econômicos¹ que ocorreram sucessivamente até 1930, caracterizando mais de quatro séculos de economia baseada ora na exploração e ora na produção.

De acordo com Paiva et al (1976), a continuidade da exploração madeireira passou a se tornar inviável devido à indisponibilidade e inacessibilidade a determinados lugares. Além desses impedimentos ocorreu o imperativo da defesa e domínio das terras portuguesas, bem como as condições de extração de um único produto inviabilizando os gastos de defesa do espaço português na América.

O Reino português, em um segundo momento de sua ocupação, procurou alternativas econômicas e defensivas para resguardar a sua colônia, da qual já detinha maior conhecimento de suas riquezas dando início à exploração agrícola das terras. A presença de uma economia baseada na produção de um determinado produto em grande extensão de terra (*plantation*) deu ao Reino português grande importância frente às economias europeias. Por outro lado, a aplicação de capital e de técnicas resultou no fluxo de bens ao mercado europeu como entende Furtado (2005). Entretanto, os franceses cogitavam a possibilidade de ganhar espaço em solos americanos fazendo com que os portugueses modificassem sua estrutura política administrativa promovendo a defesa e a manutenção do poder sobre as terras conquistadas. A estratégia utilizada facilitou o desenvolvimento do povoamento e da agricultura na Colônia. Tais medidas permitiram que as terras fossem ocupadas pela grande produção voltada para exportação e, sob a administração política do chamado Governo-Geral, a produção era direcionada para atender ao mercado europeu. Nesta fase da Colônia, estrutura-se a política econômica que irá defini-la para os próximos séculos.

A nova estrutura administrativa da política econômica determinou a doação de grandes extensões de terra na forma de capitânicas hereditárias, uma vez que o problema da grande extensão do espaço Colonial português exigia o controle direto dos guarda-costas, sem sucesso em sua defesa. Deste modo, explicam-se as doações em formas de capitânicas a portugueses que viessem a ocupar estas terras e produzir nelas, permitindo a manutenção do domínio português na América.

As capitânicas eram determinadas por faixas de terra no sentido dos paralelos que iam do litoral e se adentravam no continente, cujo limite oeste era desconhecido até então, ultrapassando o Tratado de Tordesilhas. Devido a esta disposição os proprietários das capitânicas passaram a produzir partindo do litoral para o interior e, com isto, introduzindo as lavouras e o criatório na Colônia.

O produto escolhido por ter possibilidade de ganhar mercado na Europa, segundo Furtado (2005), foi o açúcar. A produção era limitada, no continente europeu, pelas condições climáticas e pelo baixo volume de produção, considerando que sua extração era obtida a partir da beterraba-açucareira elevando o preço no mercado devido à produção insuficiente. Dado estas circunstâncias, o desenvolvimento da agricultura canavieira, voltada para o mercado europeu, assumiu destaque na política econômica da Colônia a exemplo do que produziam os holandeses.

No decorrer do período açucareiro também foram formadas as fazendas, caracterizadas como um novo tipo de domínio territorial, que constituem até o presente, a grande propriedade. No centro sul brasileiro, a formação de fazendas está vinculada ao criatório. Inicialmente a fazenda estava ligada unicamente à pecuária, porém outras atividades foram agregadas à sua economia, por exemplo, o agronegócio como é conhecido atualmente.

Destaca-se que os problemas políticos enfrentados pela economia açucareira tiveram sérias consequências do ponto de vista econômico, como pode ser observado na Tabela 1. A produção açucareira da Colônia portuguesa havia despertado o interesse de outros países pela agricultura em áreas tropicais, tendo como resultado a diminuição substancial do comércio mundial realizado pelos portugueses que durante cerca de 150 anos, entre 1600 a 1796, detiveram a hegemonia do comércio, Decretava-se, assim, o fim do Ciclo da Cana-de-açúcar. Sua importância foi notável, pois permitiu o desenvolvimento da economia Colonial agrícola de exportação, sendo responsável, em valores, por mais da metade das exportações mundiais, como salienta Singer (1968) ao analisar o preço do açúcar comparado ao preço do ouro (Tabela 1).

Tabela 1: Cana-de-açúcar: Valor pago/produção

Ano	Preço (em gramas de ouro/arroba)	Quantidade (mil arrobas)	Valor total (Kg de ouro)
1560-1570	11,00	180	1.980
1600	13,78	1.200	16.536
1640	14,65	1.800	26.352
1680	8,23	2.000	16.460
1710	7,90	1.600	12.640
1796	5,00	1.540	7.700
1806	3,25	1.500	4.875

Fonte: Singer (1968).

De acordo com Simonsen (1969), embora a política mercantilista adotada pela Coroa tenha trazido resultados positivos, como a manutenção da ocupação das terras no Brasil garantindo o domínio português, e gerado lucros para a Europa por meio do mercado estabelecido revelando a presença do sistema capitalista, a experiência portuguesa propiciou a implantação de lavouras de cana-de-açúcar e colaborou com o desenvolvimento da técnica de produção, além da capacitação comercial, contribuindo para o surgimento de um poder financeiro iniciado pelos holandeses, quando da sua invasão e dominação de boa parte das terras portuguesas, na busca pelo lucro. Entretanto, faltava-lhes a mão de obra, problema este solucionado com a utilização dos escravos negros de origem africana. Devido a problemas políticos na Europa, houve sérios empecilhos na distribuição do açúcar produzido. O monopólio do açúcar da Colônia Portuguesa só foi quebrado com a produção de açúcarⁱⁱ pelos Holandeses nas ilhas do Caribe.

O empobrecimento da colônia e o aumento dos gastos com a manutenção de seus guarda-costas representaram um retrocesso no projeto português de culturas tropicais e abastecimento ao mercado europeu. A Coroa tinha conhecimento de que outro milagre como da produção de açúcar não era mais

possível. A única alternativa que tornaria viável manter a ocupação dessas terras seria a descoberta dos tão sonhados metais preciosos. A necessidade de descobrir as riquezas constituídas pelos metais de valor como ouro, prata e as pedras preciosas fez com que a Coroa portuguesa usufrísse do conhecimento dos habitantes locais.

As entradas e bandeiras, resultado da política administrativa portuguesa, permitiram, no decorrer do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a formação de excursões dirigidas para o oeste das terras portuguesas, facilitadas pela presença das capitânicas hereditárias, como coloca Furtado (2005). Estas excursões iam além da Serra do Mar e da Mantiqueira ocupando os estados mais centrais, constituindo a base geográfica da economia mineira que se implantou sobre uma vasta região que abrangeu os atuais estados de Minas Gerais, a região de Cuiabá no Mato Grosso e passando pelo estado de Goiás. Esta fase foi conhecida como Ciclo do Ouro, período do século XVII ao século XIX. A nova exploração contribuiu para a manutenção da política colonial que enfrentava dificuldades com a derrocada do comércio açucareiro, da crise na grande propriedade monocultora e da presença da população localizada no litoral junto a grande propriedade e trouxe a desarticulação econômica e política da Colônia em termos de assentamento territorial da economia que estava articulada com o litoral e voltada para o comércio exterior, como foi o Ciclo da Cana-de-açúcar.

Até o século XVIII os descobrimentos de novas riquezas foram aumentando, atingindo seu ápice de produção neste período, bem como o auge das migrações. Segundo Simonsen (1969), o ouro do Brasil representava a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma. Entre 1700 e 1770, a produção do Brasil igualou-se a toda a produção de ouro do restante da América.

Em 1763, com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, alterou-se o centro de gravidade da economia colonial. A estratégia política era a de aproximar as decisões da política administrativa e econômica das áreas de produção aurífera, possibilitando o controle sobre a extração, garantindo os impostos para a Coroa portuguesa. Pouco tempo após a transferência da capital, o Ciclo do Ouro entra em decadência devido à escassez das jazidas, porém não significaria problemas econômicos da magnitude como ocorreu com o fim do Ciclo do Pau-Brasil. A interiorização da população fez com que surgisse um singelo desenvolvimento de pequenas plantações para suprir a alimentação e consumo da população local. Estas atividades consideradas de pouca importância, como se refere Guimarães (1968), mantiveram, de certo modo, o equilíbrio da economia de consumo interno frente à decadência do Ciclo do Ouro.

O desenvolvimento do criatório acompanhou a expansão açucareira das capitânicas e colaborou nos resultados positivos da agricultura que consolidou o processo de colonização, ampliando por meio das atividades agrícolas, pecuária e extração aurífera, a fronteira territorial e econômica do domínio português no interior do continente. O sistema de criatório, assim como os engenhos de açúcar tiveram formas semelhantes, ou seja, tiveram a mesma origem, extensas doações de sesmarias, porém, imprevistos ocorreram e a política colonizadora desenvolvida pela Coroa portuguesa não foi suficiente para manter a homogeneidade desses dois setores.

A pecuária teve seu desenvolvimento de forma mais lenta, desenvolvendo gradativamente suas atividades na medida em que avançava sobre o território e se mantinha ligada à exportação e às necessidades de alimentação. De acordo com Paiva et al. (1976), a grande importância dessa atividade refere-se à contribuição exercida na colonização das áreas mais interioranas e distantes do litoral brasileiro, que servia como área de produção e porta de saída para o mercado internacional, como foi o caso da colonização do sul da Colônia portuguesa. O gado era utilizado em várias atividades como, por exemplo, para mover os engenhos de açúcar, para o transporte dos minérios e alimentação da população local.

As economias de desenvolvimento secundário, como a produção de fumo e a pecuária, tiveram menor importância, por atender basicamente o consumo interno com margem de exportação reduzida, em virtude do aumento das áreas produtoras mundiais localizadas em outras regiões da América Central e em colônias do litoral africano.

Evidencia-se que as fazendas eram uma das formas de acesso a terra, a qual podia ser garantida por meio do arrendamento, da aquisição por compra ou pelas doações de sesmarias. Mais tarde, com o fim da doação de sesmarias, iniciou a fase liberal de ocupação das terras chamadas devolutas. Deste modo, surgiu uma nova forma de ocupação passando a ser considerada como forma legítima de acesso a terra. Por outro lado, não se pode desconsiderar que o avanço da sociedade colonial, da época, exigia a ampliação da fronteira agrícola que se fazia de forma lenta, por ser impulsionada pela necessidade do aumento da produção de gêneros de subsistência, suprimindo a demanda ocasionada pelo surgimento de novos ciclos da economia como, por exemplo, a mineração e o crescimento de núcleos de cidades que vinham surgindo na medida em que eram incentivados pelas áreas agrícolas e as feiras de venda e troca de produtos. Não se pode, também, desconsiderar o crescimento demográfico em curso na época colonial.

Como resultado do quadro socioeconômico, ocorrido no século XVIII é possível entender de acordo com Guimarães (1968), em sua obra: Quatro séculos de latifúndio ao defender as heranças medievais da propriedade da terra no Brasil, que:

- As fazendas originaram à primeira mudança perceptível no comportamento da economia administrada pela Coroa, pois ao romper parcialmente com as heranças medievais e escravistas, deu origem à classe dos arrendatários e também à divisão social do trabalho, permitindo o acesso à exploração e a propriedade a homens de poucas posses, pois as grandes extensões das fazendas as tornavam impossíveis de ser controladas pelos senhores proprietários. No centro e no sul do Brasil as fazendas possuíam menores proporções, permitindo que os proprietários tivessem autonomia de exploração originando a forma primitiva da grande propriedade de produção extensiva, como se faz entender Guimarães (1968).

Por sua vez, Prado Jr (2006) ao defender o caráter capitalista da economia rural, em desenvolvimento desde o Brasil colonial, argumenta que o aumento da ocupação agrária deve-se:

- A multiplicação das fazendas só ocorreu quando surgiu o pagamento dos que nela trabalhavam. No nordeste brasileiro, por exemplo, os vaqueiros recebiam 25% da produção da fazenda e, esse pagamento realizava-se a cada cinco anos, permitindo que ao receber o valor acumulado pudessem se estabelecer por conta própria. Esta fase de desenvolvimento das fazendas inaugurou a remuneração do trabalho, e sinalizou a presença de relações de venda da força de trabalho e de produção da mercadoria.

No decorrer da evolução demográfica e econômica da Colônia portuguesa, a grande exploração, nas suas distintas formas, se mostrava incapaz de atender em variedade e quantidade de produção a demanda requerida nos agrupamentos populacionais existentes e em desenvolvimento. Exigia-se a presença de áreas capazes de ofertar os produtos necessários ao consumo familiar, tanto nas cidades como no mercado local e ou regional. A presença de um processo de colonização com a constituição de unidades de produção agrícola com exploração familiar (processo colonial) teve início com a vinda de portugueses trazidos das ilhas de Cabo Verde e Açores, constituído por famílias de origem portuguesa com o objetivo de formarem os primeiros núcleos de produção agrícola, com base no trabalho familiar e atendendo as determinações da Coroa portuguesa de ocupação das terras previstas no Tratado de Madrid de 1750. A formação destes núcleos deveria determinar a presença portuguesa e sua disposição de ocupar terras na porção meridional (centro sul do Brasil Colonial).

Caracteriza-se desse modo que as colônias constituídas, principalmente nos estados mais sulinos, como: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, (após assinatura do Tratado de Madrid, entre Espanha e Portugal), deveriam efetivar o domínio português sobre as terras conquistadas do domínio espanhol na América do Sul, bem como garantir, através do aumento da produção de gêneros alimentícios, os mercados existentes nos núcleos de cidades que se constituíam, oferecendo-lhes, em quantidade e diversidade, os gêneros alimentícios necessários. Assim, entende-se que o projeto colonial português era expansionista e procurava através da exploração agrícola e da pecuária consolidar o crescimento da economia de mercado, à presença de cidades e ao desenvolvimento do mercado de abastecimento externo e interno.

Com o aumento da demanda de produtos variados no mercado e com a concorrência do açúcar no mercado externo aliado ao distanciamento das áreas de produção em relação aos portos de embarque, além do aumento da população em países europeus e a conseqüente Revolução Industrial teve início a desconcentração da hegemonia agrícola açucareira em favor de outros produtos que passaram a ocupar área no território Brasil Colônia, levando sua produção ao mercado externo.

De acordo com a lógica econômica colonial, o algodão destacou-se como alternativa nessa fase técnica econômica, utilizando-se das mesmas bases de produção e de mão de obra escrava que a cana-de-açúcar estava utilizando. As extensões das lavouras se ampliaram objetivando atender às necessidades do mercado externo no qual era matéria prima industrial. De acordo com Prado Jr (2006), o início da exportação de algodão ocorreu em 1760, com a venda de 650 arrobas para a Inglaterra atendendo as necessidades dos mais importantes teares

da indústria têxtil europeia. Ainda de acordo com o autor (op. cit.), nos séculos XVIII e início do século XIX este produto se constituiu na principal mercadoria de exportação ao se destinar a então indústria têxtil em desenvolvimento.

Outras culturas ganharam destaque de forma crescente na medida em que aumentava o número de propriedades com diversos tamanhos dedicados ao atendimento da economia local e regional identificando-se, nesta fase, uma embrionária diversificação do desenvolvimento econômico, agora não mais alicerçado em um único produto, mas permitindo a presença de outras culturas destinadas ao consumo interno e, na medida do possível, atender também ao mercado externo.

Nasce, nesta fase, o embrião do que se poderia denominar de policultura do Brasil Colônia. O surgimento das “ilhas econômicas” foi possível devido à presença de pequenas propriedades cuja produção era desenvolvida pelas famílias e localizadas próximas aos centros de aglomerados que vieram a constituir cidades. Também se deve acrescentar a este dinâmico processo de ocupação e de atividade econômica, a presença de correntes migratórias do sudeste para o nordeste, centro-oeste e norte promovendo o extrativismo vegetal e mineral. As correntes que se dirigiram para o sul brasileiro promoveram o extrativismo animal (pecuária) e deram início a policultura, com a formação de pequenos núcleos coloniais no extremo-sul do País. Do nordeste para as áreas de floresta situadas no norte e noroeste do País as correntes migratórias foram em busca do látex, matéria prima da borracha.

Seguindo a lógica de crescimento tecnológico da Revolução Industrial, o Brasil apresentou ao mercado externo uma produção extrativista, a exemplo do Ciclo do Pau-brasil e Ciclo do Ouro. O advento do processo de vulcanização, ocorrido em 1839, priorizava a necessidade da matéria borracha da qual o Brasil detinha seu habitat natural, a floresta tropical-equatorial. A *Hevea brasiliensis* teve sua extração intensificada para a exportação e decorrente produção de pneus, atendendo à nascente indústria automobilística, localizada na Europa e América do Norte. Segundo Paiva et al (1976), neste período, o Brasil foi responsável pela produção de 84.328 toneladas de borracha, representando 90% do consumo mundial e inaugurando um novo e efêmero ciclo econômico, permitindo a ocorrência do aumento populacional, resultando no povoamento de áreas distantes dos centros hegemônicos da economia e consentindo novos impulsos econômicos para o Brasil Colônia, bem como promovendo o surgimento de cidades, como Manaus e Belém.

Considerando a diversidade de culturas que passaram a ocupar espaço no Brasil Colônia, no século XVIII, destaca-se o café que permitiu o surgimento de um dos maiores ciclos econômicos ocupando grandes extensões de terras, a exemplo da cana-de-açúcar, promovendo o ressurgimento dos grandes *plantations*, ou seja, o domínio da grande propriedade. Este ciclo surge na fase que antecedeu a desarticulação da política escravocrata, promovendo a insuficiência de mão de obra necessária ao atendimento das lavouras e de sua expansão ainda que os preços elevados das sacas deste produto incentivassem a reorganização da população e seu deslocamento para as áreas mais próximas do trópico de Capricórnio.

Da parte do Governo houve uma série de estímulos para atrair imigrantes, porém, após 1886, com a intensificação da corrente imigratória, a ação governamental tornou-se desnecessária. Os primeiros imigrantes chegados ao Brasil para a lavoura do café foram os italianos, cujas sucessivas correntes migratórias também passaram a ocupar os Estados mais meridionais e promoveram o progresso da pequena propriedade que teve grande estímulo pela formação de aglomerações urbanas e necessidade de produção de gêneros para o abastecimento alimentício da população, como é colocado por Prado Jr (1994).

A presença de novos povoamentos em terras consideradas férteis para lavoura do café (terra roxa), período de 1879 e 1899, localizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com extensão no norte paranaense, promoveu a evolução da produção e, conseqüentemente, da exportação do café passando de 2.734 sacas, entre 1851 a 1860, para 12.979 sacas no período de 1900 a 1909 (Figura 1).

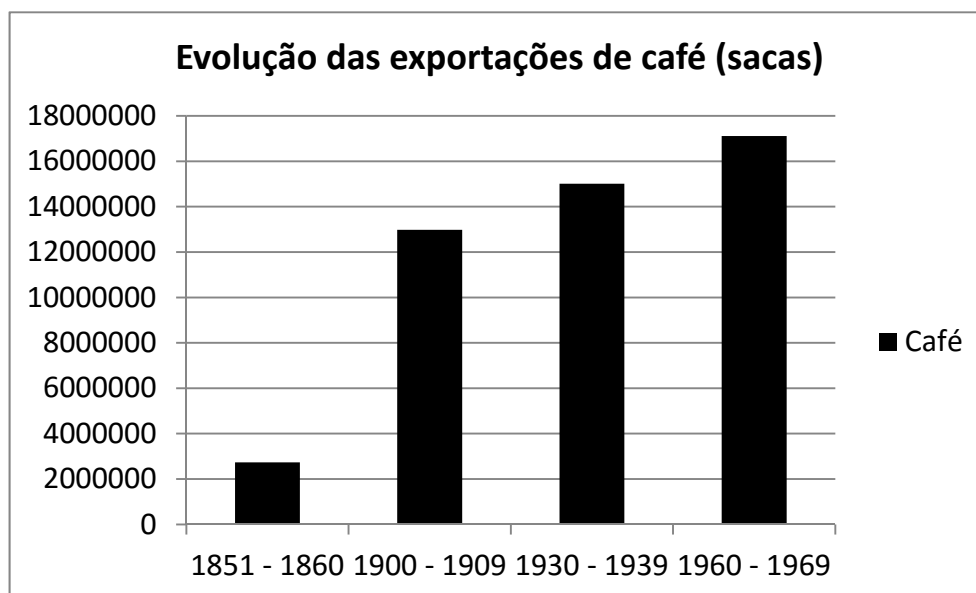


Figura 1. Gráfico da evolução das exportações de café.

Fonte dos dados: PAIVA, et al. (1976).

O aumento constante da produção cafeeira enfrentou sua primeira crise após a produção alcançar as 15 milhões de sacas gerando uma superprodução que diminuiu o valor do produto e, conseqüentemente, a economia do país foi afetada. Sem ter o que fazer com o excesso de produção, os cafeeiros uniram-se para obrigar o governo a intervir na situação, porém, os resultados da intervenção estatal apenas amenizou o problema temporariamente.

O fim do ciclo do café fez com que a economia brasileira se reorganizasse e pela primeira vez na história, ocorreu a valorização do mercado interno. A produção para atender o mercado externo, não se constituía mais na única forma de renda. Entre os mais importantes fatos ocorridos a partir dessa nova fase da economia tem-se o surgimento das pequenas propriedades.

Considerando os vários ciclos econômicos que determinaram a ocupação do espaço desde o Brasil Colônia até 1930, em plena fase republicana, é possível visualizar a ocorrência destes ciclos, suas diversas áreas de ocupação e concluir

que eles desempenharam importante papel na ocupação do espaço, no alargamento das fronteiras, e na formação da propriedade da terra, quer da grande propriedade, como é o caso das fazendas de criação que se adentraram no interior buscando espaços e definindo novas fronteiras, como também da formação da pequena propriedade próxima das cidades que lhes garantiam o abastecimento diário proveniente da terra e do trabalho.

Destaca-se que esta forma de propriedade da terra não era comum em áreas de predomínio da exploração exclusivamente em larga escala e junto a produtos de alto valor comercial. Para Prado Jr (1994), o crescimento e adensamento populacional, a partilha hereditária, o fim da escravidão, a crise e a falência da grande exploração, por meio da ocupação de terras, entre outros fatores, contribuíram para a formação, na espacialidade brasileira, de uma nova economia calcada na ocupação e exploração de pequenas parcelas de produção, sob a forma de parceria e meação entre outras formas similares.

Considerando os acontecimentos da política econômica desde o Brasil Colônia, passando pelo Período Imperial e atingindo o Período Republicano, destaca-se que a formação das pequenas parcelas de produção exigem uma retrospectiva da contribuição social, econômica e política. Uma vez que novas relações de poder-terra-produção foram constituindo e reestruturando a divisão da terra ocupada pela grande exploração permitindo a formação da grande propriedade no decorrer de sua posse.

O progresso econômico que levou o Brasil Colônia à sua Independência e mais adiante, na constituição do Império, permitiu, também, a consolidação de sua organização agrária por meio de diferentes dimensões de propriedade e de exploração da terra de produção. Tais mudanças contaram com a presença de imigrantes europeus que promoveram o desenvolvimento da economia brasileira (agropecuária). Esta liberdade encontrada tornou o País atrativo aos europeus por oferecer acesso a terra, oportunidade essa que não lhes era dada em sua pátria. Muitos dos imigrantes serviram como mão de obra nas grandes propriedades, porém, com o passar do tempo, adquiriram condições financeiras para comprar sua propriedade, influenciando fortemente a evolução dos acontecimentos que levaram à multiplicação das pequenas propriedades, rompendo os quadros econômicos e sociais do País e condicionando o seu desenvolvimento (PRADO JR, 1994).

Decorrentes da presença dos imigrantes formaram-se e multiplicaram-se núcleos de pequenas propriedades, principalmente no extremo sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nas demais regiões houve a concorrência com a grande lavoura de café que inicialmente absorveu a mão de obra dos imigrantes.

No sudeste brasileiro, o processo de desintegração das grandes propriedades, devido a sucessivas crises do setor cafeeiro, permitiu a venda dos espaços ociosos economicamente possíveis de serem, quando trabalhados, produtivos. Destaca-se que a venda das fazendas representava, em geral, a única alternativa para sanar os problemas financeiros dos proprietários. Deste modo, foi possível o estabelecimento e desenvolvimento de uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade a partir das colônias de imigrantes.

A reestruturação fundiária que ocorreu de forma gradual e quase imperceptível, porém, permitiu aos trabalhadores rurais produzirem alimentos com novas

perspectivas atendendo às necessidades alimentares de subsistência para si e para as populações vizinhas. A presença da pequena propriedade produtiva e produtora de alimentos adquiriu importante papel na economia do País, pois substituiu grande parte das importações, antes necessárias para o consumo do mercado interno.

Mesmo tendo expressividade econômica no abastecimento nacional, a pequena propriedade estava longe de ser comparada quantitativamente à grande propriedade. A concentração da propriedade fundiária continuava caracterizando a organização agrária brasileira, influenciando nas questões econômicas, sociais e políticas. Portanto, a utilização da maior parte das terras é predominantemente em favor de uma minoria. Em 1950, as informações dadas pelo IBGE (recenseamento realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, com a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentavam dados sobre os estabelecimentos produtivos de agropecuária do País (Tabela 2).

Tabela 2. Estabelecimentos agropecuários (1950)

Estabelecimentos Agropecuários	% do número total de estabelecimentos	% da área total ocupada por estabelecimento
Menos de 100 ha (pequenos)	85	17
De 100 a 200 ha (médios)	06	08
Mais de 200 ha (grandes)	09	75

Fonte dos dados: Prado Jr (1979, p.16).

Os grandes estabelecimentos ocupavam 75% da área total e possuíam as melhores terras para produção no que se refere às qualidades naturais incluindo a localização. A área das pequenas propriedades eram em média, 20 ha, evidenciando uma estrutura agrária produtiva no País, caracterizada pela acentuada concentração de estabelecimentos de grande produção evidenciando, a disparidade de dimensão da terra produtiva no País, permitindo a concentração fundiária nas mãos de poucos e inúmeros produtores rurais vivendo e produzindo em terras alheias.

É preciso considerar, antes de tudo, que o modelo original de produção rural brasileira reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente o seu quadro colonial, que se perpetuou como uma herança após a independência nacional. A dominação econômica, social e política da grande propriedade constituíram-se no marco de produção utilizando o trabalho escravo. A presença da escravidão e a existência de terras livres ou possíveis de serem ocupadas pela simples posse para produção garantiram a sua propagação pelo território e, conseqüentemente, a sua continuidade.

Deste modo, no Brasil, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela que recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, procurando modernizá-la e assegurar sua reprodução. A agricultura familiar, que ocupava os interstícios desta grande produção, sempre foi considerada uma

atividade secundária, embora tenha sido responsável pela garantia do mercado de gêneros alimentícios nas cidades. Quando comparada a outros países, esta forma de produção, responsável pela garantia do mercado de gêneros alimentícios, foi historicamente bloqueada ao não lhe ser permitido o seu desenvolvimento como forma de produção específica, como entende Wanderley (1995).

A formação de colônias de imigrantes que ocuparam, preferencialmente, o sul do Brasil, provenientes da Europa, ocorreu em um momento de expansão demográfica da economia destinada ao consumo interno, permitindo que novas áreas fossem anexadas ao processo produtivo até então inexistente. Assim, as terras devolutas localizadas próximas às áreas coloniais foram sendo anexadas e ou serviram de espaços para o estabelecimento de novas colônias e, desse modo, sucessivamente (GEORGE, 1982).

Ressalta-se que esta forma de unidade de produção familiar contribuiu para o desenvolvimento da economia regional, para o cultivo e abastecimento de grãos, produção de leite e derivados, bem como de carnes, legumes e frutas, entre outras tantas formas de geração de renda e, conseqüentemente de abastecimento. Portanto, pode-se definir que, de modo geral, as propriedades familiares sempre tiveram a responsabilidade, ainda que velada, do abastecimento interno do País, enquanto que as propriedades com produção voltada para o mercado interno e externo, hoje definidas pela agricultura patronal de dimensão média e grande, com uso de alta tecnologia produzem, basicamente, para a exportação, garantindo o equilíbrio da balança externa nacional, como é o caso do agronegócio.

Essa agricultura familiar, que abastece o mercado interno brasileiro, se apresenta diversificada no que diz respeito à força de trabalho, ao modo de produção e tipos de produtos. Salienta-se a valorização do chefe da família que exerce e comanda o processo produtivo auxiliado pelos demais membros familiares e, eventualmente, assistido por trabalhador contratado por tarefas como colheita e plantio. Muitas famílias de produtores familiares utilizam o sistema de mutirão ou troca-troca como um trabalho de parceria e auxílio mútuo, comum em áreas onde o processo colonial ainda é mantido por relações de comunidade. Deve-se também considerar a realização de serviços com pagamento simbólico, o que é corriqueiro nestas sociedades comunitárias.

Do ponto de vista da política econômica e do desenvolvimento local e regional, as unidades de produção familiar assumem importantes papéis como os de: permitir a sustentabilidade da unidade familiar; garantir a oferta diversificada capaz de ir além dos seus limites produtivos; atender ao abastecimento alcançando mercados regionais por meio de feiras, quitandas e outras formas de comercialização. Por tudo isso, ela carece de políticas dirigidas ao produtor, bem como de infraestrutura no que diz respeito às condições de estrada, mercados de finalização dos produtos, condições de armazenamento e atendimento aos fluxos das mercadorias que poderiam ser intensificados.

De acordo com Linhares e Silva (1981) a agricultura familiar, também chamada agricultura produtora de alimentos, escondia o modo de produção que estava por se desenvolver, uma vez que a organização da produção colonial estava destinada ao comércio das metrópoles, ou seja, as maiores cidades existentes na época da

expansão do processo urbano brasileiro, e contrapunha-se ao relativo espontaneísmo das atividades agrícolas que se destinava ao consumo local. Este comércio de curta distância, do campo para cidade, gerava preocupações às políticas da época por não renderem economicamente como era esperado de uma transação comercial e, por isso, a administração local não o denominava, pois o comércio de porta em porta contrariava tudo aquilo que se pensava capaz de gerar benefícios mantendo os órgãos administrativos.

De qualquer modo, o desenvolvimento de cidades foi incentivado e possível de ocorrer porque as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar que vieram a favorecer o mercado interno possibilitando a formação de um excedente. Esta condição impulsionou os núcleos urbanos garantindo-lhes o abastecimento de seus mercados na forma de uma economia policultora. Ressalta-se que a importância desta forma de agricultura se evidencia em momentos de crise do agro brasileiro determinado pelas economias de exportação. Assim foi desde o seu processo original, quando um dos ciclos da economia entrava em crise, a agricultura familiar policultora sustentava a estrutura econômica e mantinha a harmonia socioeconômica do espaço (MIORIN, 1989).

Considerando os dois modelos de produção dominantes no setor agroeconômico brasileiro, Abramovay (1999) apresenta os dois segmentos destes modelos, que também foram utilizados pela FAO/PNUD (1992). Eles se referem ao modelo patronal, a grande propriedade de exploração e o modelo familiar constituído pela pequena propriedade ou estabelecimento. Deste modo, se estabelecem dois segmentos distintos de produção apresentados a seguir (Tabela 3).

Tabela 3: Quadro comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura

Modelo Patronal (grande propriedade)	Modelo Familiar (pequena propriedade)
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/PNUD (1992).

A agricultura familiar, caracterizada por pequenos estabelecimentos podendo constituir ou não pequenas propriedades produtivas, é hoje responsável pelo abastecimento de grande parte da produção agrícola destinada ao consumo interno no Brasil. Ela procura se adaptar às exigências do mercado de consumo da agricultura moderna, ainda que guarde muito de seus traços de produção familiar projetados na figura do pai, como produtor, e enfrentar os velhos problemas nunca resolvidos, como da fragilidade dos mercados, da infraestrutura, das tecnologias, das práticas agrícolas e da própria gestão da produção e do trabalho,

procurando sempre se adaptar às condições da modernização brasileira e contando com sua própria capacidade e força.

O processo de modernização adotado na estrutura agrária brasileira pela política econômica nacional se constituiu na aceleração da produção, a partir do substancial acréscimo da base técnica de produção e das formas de plantio utilizando-se de tecnologias avançadas, tanto na produção como no comércio e armazenamento. A presença dessas modernidades permitiu o avanço do capitalismo no campo tanto no que diz respeito à produtividade, ao aumento de área e à ampliação dos mercados em nível mundial. Considera-se que a passagem de uma agricultura chamada de “natural” por alguns e de “arcaica” por outros, diz respeito às formas de agricultura industrial e de amplo comércio, também chamada de “moderna agricultura”. Isto significa a presença de uma produção agrícola em larga escala, contendo alto emprego de capital, de tecnologia e de aceleração do tempo entre os estágios de produção, conforme coloca Silva (1998).

A produção agrícola em larga escala voltou-se para o mercado interno e externo. A base técnica estava cada vez mais atrelada ao mercado externo, pois o capital para gerar um novo processo de produção dependia da exportação do produto, a preços de moeda forte, permitindo a aquisição de implementos agrícolas produzidos no exterior. Enquanto isso, o parque industrial brasileiro se encontrava em processo de formação para absorção da matéria prima gerada no setor agrícola. (PINAZZA e ARAÚJO, 1993).

A pequena propriedade, como o pequeno estabelecimento, contam com uma produção insuficiente em quantidade para permitir sua colocação no mercado externo e, até mesmo, garantir a matéria prima no mercado interno. Na tentativa de resolver estes impedimentos, as indústrias passaram a organizar a produção da matéria prima, necessária no processo industrial, orientando grupos de pequenos proprietários produtores à sua volta e com eles estabelecendo contratos de fornecimento, produção e apoio técnico, para garantir quantidade e qualidade da matéria prima a ser processada pela indústria. Deste modo surgem e se desenvolvem nas décadas de 1980 e 1990 os Complexos Agroindustriais (CAIs) que até hoje organizam à sua volta inúmeras pequenas propriedades produtoras (estabelecimentos) fornecedoras das matérias primas. Por isso, entende-se que a pequena propriedade fornecedora de matéria prima é, na verdade, um setor terceirizado de uma determinada agroindústria.

As pequenas propriedades de exploração produtiva e de trabalho familiar estão constituídas por produtores independentes, ou seja, não vinculados aos CAIs, encontraram, em um primeiro momento, dificuldades de colocação de seus produtos e formação de renda. A alternativa buscada foi a de aumentar as formas de produção e de exploração da terra e do trabalho. A maioria dessas propriedades adotou a policultura diversificada procurando atender a um amplo mercado ofertando inúmeros produtos. Por outro lado, encontrando também limites de exploração da terra passaram a executar tarefas não agrícolas explorando deste modo, o trabalho da família no sentido de utilizar as horas do ócio na produção de gêneros derivados dos processos agrícolas, ou seja, doces, pães, embutidos, artesanatos, enfim, executando tarefas de transformação e criando novas tarefas, visando o aumento da renda familiar.

A respeito das tarefas não agrícolas explorando o trabalho familiar, Schneider e Navarro (2000, p. 25) escrevem:

[...] o ramo da ‘prestação de serviços’, que aumentou sua capacidade ocupacional em mais de 20 mil postos entre 1981 e 1997, chegando a crescer a uma taxa de 3%^{aa} entre 1992 e 1997, o que indica, talvez, a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Juntos, os ramos da indústria de transformação e da prestação de serviços representavam, em 1997, quase 15% da PEA ocupada em atividades não agrícolas. (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000, p.25)

No período em curso, a partir de 1992ⁱⁱⁱ, inúmeras ações têm ocupado o trabalho das famílias em suas pequenas unidades de produção com atividades não agrícolas, ao consentir a presença de inúmeras outras atividades, as quais vêm ganhando espaço no setor agrário de muitos países e aceitando que hoje se reconheça um novo rural em curso ou, até mesmo, a presença de um “novo rural” ou “outro rural”, como determina Silva (1998) e Veiga (2004), respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, cabem algumas considerações e análise, especialmente no que se refere ao atual desempenho da produção de pequeno porte e trabalho familiar no Brasil, considerando-se que a ocupação colonial assumiu o caráter exploratório da terra segundo o modo capitalista de produção e, que este modo foi determinante na formação do setor agrícola, como também das relações sociais de produção, do mercado e do modo de vida.

No princípio da exploração do espaço brasileiro, as técnicas e ferramentas utilizadas não causaram significativas agressões ao meio ambiente, porém o mesmo não se pode dizer a respeito da cobertura florestal, como as Mata Atlântica e Floresta das Araucárias, as quais foram paulatinamente eliminadas. A cada nova expansão da ocupação, sobre novas áreas objetivava a explorar da madeira, a formação/expansão de lavouras e do criatório estabelecimento de novas colônias ou avanços de frentes de ocupação sobre as áreas do Planalto Brasileiro, principalmente do Planalto Meridional Brasileiro, necessárias à produção agrícola e a permanência do homem no campo.

A partir de 1960, com o fim dos ciclos econômicos, o Brasil conheceu momentos conturbados no campo, resultantes da sua política econômica agrícola instável que só foi estabilizada com o início do processo de Modernização da Agricultura que compreendeu todas as atividades agropastoris. O período marcou significativas transformações espaciais iniciadas com o advento da Revolução Verde, como coloca Brum (1988). O autor destaca alterações sociais promovidas pela incorporação de tecnologias no campo, resultando na saída de significativo número de pessoas do campo que passaram a ocupar os centros urbanos e suas periferias.

A exclusão do homem do campo, trabalhador rural e/ou proprietário rural, ocorreu devido à descapitalização existente que impossibilitou uma significativa parcela de produtores de adquirirem e implantarem tecnologias, aquelas recomendadas pelo pacote da Revolução Verde. Ao lado do processo de descapitalização deve-se destacar a tensão social e o surgimento da especulação imobiliária, tanto no campo como na cidade. A valorização das terras agrícolas, aptas a uma agricultura mecanizada, não só acrescentou valor à terra como substituiu o trabalhador rural, agora preterido às máquinas disponíveis no mercado que não só o substituíam no trabalho como aumentava as horas de trabalho. Por outro lado, o tamanho das propriedades, especialmente a dos pequenos proprietários, além de serem constituídas de pouca extensão, não permitiam o processo de capitalização, nem a forma rentável de uso das máquinas.

De acordo com essas condições, o modelo agrícola produtivista instalou-se de forma definitiva, adequando-se ao modo de produção conforme os interesses do capital^{iv}. O acesso limitado e as consequências da modernização agrícola originaram diversos questionamentos, contestações e críticas sobre esta nova forma de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- FAO/PNUD. **Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Projeto BRA 87/022, 1992.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005.
- GEORGE, P. **Geografia Rural**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. v.1. Tradução: Tijiwa A. M. N. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.
- LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MIORIN, V. M. F. **Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, I.G.C.E. /UNESP, Rio Claro, SP. 1989. 256p. (Tese)
- PAIVA, R. M.; SCHATAN, S.; FREITAS, C. F. F. **Setor agrícola do Brasil; comportamento econômico, problemas e possibilidades**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- PINAZZA, L. A. ARAÚJO, N. B. **Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness**. São Paulo: Globo, 1993.
- PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHNEIDER, S; NAVARRO, Z. **Emprego agrícola e novas formas de ocupação do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997**. In: O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 2000.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas. Unicamp, 1998.
- SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500 – 1820**. Companhia Editora Nacional. 1969.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Companhia Editora Nacional. USP, São Paulo, 1968.
- VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, S. Paulo, SP Brasil, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *In: Revista da ABRA*, nº 2/3, V. 25, mai-dez, 1995.

ⁱ Cabe esclarecer que os ciclos econômicos são próprios dos mercados capitalistas, mas alguns autores marxistas e mesmo os liberais os enquadram como economias planificadas. A sua definição conceitual deu-se a partir da Revolução Industrial, devido às alterações (oscilações) e instabilidades financeiras dos países capitalistas e industrializados, que refletiam na economia, de acordo com Estey em sua obra: *Tratado sobre los Ciclos Económicos*.

ⁱⁱ Conforme Singer (1968), o preço pago pelo açúcar caiu gradativamente com o aumento da concorrência internacional. Em 1640, época do auge da produção, o Brasil chegou a mais de 14 gramas de ouro por arroba de açúcar. Menos de dois séculos após essa prosperidade produtiva e financeira observa-se a pior fase da rentabilidade açucareira, conseqüentemente, é o marco do fim de um dos ciclos exploratórios mais importantes de nosso País.

ⁱⁱⁱ Período pós Eco 92.

^{iv} Especialmente o capital estrangeiro que via o solo produtivo brasileiro como um mercado de grande potencial para o comércio de suas tecnologias.

Contato com o autor: jorabaioli@hotmail.com

Recebido em: 03/05/2015

Aprovado em: 05/11/2015